



Ensino Médio

Sociologia

Sumário

A Sociologia como Ciência	2
Histórico da Sociologia	2
A Análise Sociológica	2
O Indivíduo e a Sociedade.....	3
Durkheim	3
Weber	3
Marx	3
Teorias Sociológicas Contemporâneas	4
O Trabalho e suas Transformações.....	4
O Trabalho para Marx, Weber e Durkheim	4
Experiências de Racionalização do Trabalho	5
Sindicatos e Lutas Trabalhistas	5
O Processo de Socialização	7
As Instituições Sociais	7
Os Grupos Sociais	8
Controle Social e Desvio	8
A Sociabilidade e a Natureza Humana	9
A Cultura e a Sociedade	9
A Interpretação da Cultura	9
As Trocas Culturais	10
Ideologia	10
O Estado e a Política Moderna	12
As Relações de Poder	12
O Estado Moderno	12
Democracia	13
Os Movimentos Sociais	13
Movimentos Sociais na História	14
Características Estruturais dos Movimentos Sociais	14
Movimentos Sociais Tradicionais e Novos	14
As Relações Sociais Urbanas.....	15
As Ideias de Georg Simmel	15
A Escola de Chicago	15
A Nova Sociologia Urbana	16
Os Conflitos Urbanos	16
Bibliografia.....	16



A Sociologia como Ciência

O *Homo sapiens sapiens* é um ser social. Diz isso porque, para ele, é indispensável viver em sociedade. Agrupa-se em instituições, cria regras, revoluciona. Dotado de sociabilidade, ele não consegue sobreviver sozinho.

Pertencente ao campo das Ciências Sociais, a Sociologia busca interpretar eventos e transformações ocorridos na sociedade contemporânea; é uma investigação sistemática sobre as relações sociais. Desse modo, analisa as estruturas sociais e traz explicações, previsões e até mesmo soluções para problemas.

Para Charles Mills, sociólogo americano do século XX, a sociologia contribuiria também para desenvolver nossa “imaginação sociológica”, isto é, aumentar nossa capacidade de analisar nossas vivências e relacioná-las com as estruturas e história da sociedade.

Em suma, podemos dizer que a Sociologia nos faz ver além daquilo que nos é familiar, nos ajuda a compreender as forças que atuam sobre nossas vontades, nos faz enxergar além do nosso tempo e espaço e exercita nossa tolerância com relação ao outro.

Histórico da Sociologia

A Sociologia surgiu como um corpo de ideias a respeito do processo de constituição e desenvolvimento da sociedade moderna, no contexto da Revolução Industrial no século XIX. Como fatores que propiciaram seu nascimento, temos: a noção de indivíduo, surgida com a Reforma Protestante e consolidada na Revolução Francesa; a supremacia da razão, fruto do Iluminismo; as crises sociais e a miséria oitocentista, decorrentes da Revolução Industrial; dentre outros.

Saint-Simon, conde francês, foi o primeiro a buscar na Ciência as explicações para os problemas sociais, na primeira década de 1800. Auguste Comte¹, então, inaugurou a corrente **positivista** (recebe esse nome porque evita criticar a sociedade, vendo-a com olhar positivo). Para os positivistas, era fundamental reestabelecer a harmonia social, conciliando o progresso e a ordem. Deveria existir uma ciência que o fizesse aplicando as leis científicas, uma “física social”, a Sociologia.

A Sociologia tornou-se obrigatória no Ensino Médio brasileiro em 2008, após várias reformas educacionais. Como disciplina, na verdade, compreende termos e conceitos das outras **Ciências Sociais**, como a Antropologia (que estuda a cultura, a ideologia) e a Ciência Política (que estuda as relações de poder, o Estado).

A Análise Sociológica

Por se tratar de uma Ciência, a Sociologia utiliza em seus estudos a **investigação científica**. A análise sociológica da sociedade é feita por meio de um conjunto de procedimentos, de métodos que auxiliam na compreensão da realidade. Existem três principais métodos: o funcionalista, o materialismo-histórico dialético e o compreensivo.

O método **comparativo** ou funcionalista, de Émile Durkheim², propõe a pesquisa e a experimentação como forma de chegar a leis, generalizações que partem do pressuposto de que todas as práticas sociais têm uma função na sociedade. Logo, essa análise trata dos fenômenos considerando sua participação no sistema social, podendo classificá-los e compará-los.

¹ Secretário de Saint-Simon, viveu entre 1798 e 1857. É considerado o pai do Positivismo e da Sociologia, tendo criado a lei dos três estados e o famoso lema “Ordem e Progresso”.

² Sociólogo francês, viveu entre 1858 e 1917. Foi o primeiro a desenvolver a Sociologia como disciplina acadêmica. Escreveu “As regras do método sociológico”, onde discutiu o objeto de estudo da Ciência e seus procedimentos.



O método **compreensivo** surgiu com Max Weber³ na obra “Fundamentos da Sociologia Compreensiva”. A análise sociológica se faria completa quando tratasse do significado de cada fenômeno social, pois estes são muito subjetivos e carregados de interpretações, de acordo com a cultura.

Karl Marx⁴ desenvolveu o **materialismo-histórico dialético**. Diz Marx que a dinâmica social baseia-se nos meios de produção, que, apesar de serem transformados ao longo da história, mantêm as mesmas estruturas. A análise sociológica procuraria, com base nessa estrutura produtiva, interpretar a sociedade.

No tocante à pesquisa, existem duas abordagens básicas nas Ciências Sociais. A **pesquisa quantitativa** consiste em retirar informações, através de questionários, aplicados a uma amostra (uma porcentagem que represente o grupo social pesquisado). Na **pesquisa qualitativa**, o pesquisador mantém contato direto com a comunidade estudada (trabalho de campo) a fim de verificar hipóteses previamente formuladas.

O Indivíduo e a Sociedade

Ao estudar a relação entre o indivíduo e a sociedade no século XIX, a Sociologia encontrou três respostas base, encabeçadas por Durkheim, Weber e Marx. Essas teorias ficaram conhecidas como perspectivas sociológicas clássicas e são até hoje utilizadas e reinterpretadas. Atualmente, porém, se fala também nas perspectivas sociológicas contemporâneas, como as ideias de Pierre Bourdieu e Norbert Elias.

Durkheim

Para Émile Durkheim, é a sociedade que determina os indivíduos. Ela é algo que existe acima destes, anterior e superior. Desde que nascemos, então, somos submetidos a normas e regras que regem nossas escolhas. Daí a famosa frase ao lado citada: nossas escolhas e ações são um produto da sociedade sobre nós. Elas se solidificam nas instituições sociais, formando uma **consciência coletiva**, que dá o sentido de integração entre os membros da sociedade.

Diz ele que o elemento básico da sociedade, assim como o objeto de estudo da Sociologia, é um caractere que pode ser compreendido independente do indivíduo: o **fato social**. Fatos sociais são conjuntos de normas e regras que condicionam os indivíduos e suas ações, formadoras da consciência coletiva. São caracterizados como exteriores aos indivíduos (independem de sua vontade), coercitivos (impõem penalidades aos transgressores) e gerais (aplicam-se a todos).

A ordem social seria necessária para que os indivíduos desempenhassem funções “encaixadas” e complementares. Por isso é de extrema importância a coesão social, que resulta da **solidariedade social**: laços que unem os indivíduos à coletividade, seja por meio das semelhanças entre as consciências individuais no caso da solidariedade **mecânica** ou da interdependência entre os indivíduos no caso da solidariedade **orgânica**, esta última crucial nas sociedades industriais.

A ausência ou redução da capacidade do tecido social para regular a conduta dos indivíduos foi chamada por Durkheim de **anomia**. A anomia é vista como um problema a ser tratada, uma falha na sociedade.

Weber

Max Weber, ao contrário de Durkheim, disse que os indivíduos eram quem determinava a sociedade. Embora exista concretamente, a sociedade não é algo superior e externo ao indivíduo, mas o resultado do conjunto de suas ações. Sendo assim, a sociedade só existe em decorrência

³ Sociólogo, historiador e economista alemão, viveu entre 1864 e 1920. Baseia sua metodologia em modelos ideais da realidade.

⁴ Pensador alemão, viveu entre 1818 e 1883. Baseou seus estudos na economia, e promoveu uma enorme influência na compreensão das relações sociais e de dominação, conforme escreveu em seu “Manifesto Comunista”.



da **interação social**: processo de influência recíproca dos indivíduos no âmbito das relações interpessoais.

A moldagem da sociedade seria feita pelas **ações sociais**. Decisões dos indivíduos, as ações sociais são entendidas como toda comunicação ou ato orientado pelo outro. Weber diz que o entendimento dos quatro principais tipos de ação social tornaria possível o entendimento dos fenômenos sociais e da sociedade.

- Uma **ação tradicional** é motivada por um hábito arraigado ou costume, aquilo que se faz porque “sempre foi assim”. É um exemplo disso apertar as mãos ao cumprimentar alguém,
- Uma **ação afetiva** tem por ordem sentimentos, estados emocionais. É uma reação momentânea definida pelo contexto, como reagir agressivamente a uma ofensa.
- Uma **ação racional orientada a valores** fundamenta-se em crenças do indivíduo, em seus valores pessoais. Agindo dessa forma, não importam as consequências: mesmo que elas sejam negativas, o indivíduo opta por agir de acordo com aquilo em que acredita.
- Uma **ação racional orientada a fins** é aquela organizada racionalmente, que estabelece objetivos e procura os meios para alcançá-los. Estudar para ser aprovado é um exemplo desse tipo de ação.

Weber, no entanto, entende as ações dos indivíduos como uma mistura de todas essas, sendo os conceitos acima apenas modelos, tipos ideais. Na prática, nenhuma ação social é pura.

Marx

Os estudos de Karl Marx são baseados na infraestrutura da sociedade, isto é, em sua organização produtiva e nos bens materiais. Logo, diz-se que sua visão é norteadada pela economia.

Ele sugere que a sociedade e o indivíduo se determinem reciprocamente, sendo ela compreendida a partir de uma totalidade: a soma das ações individuais do homem, limitadas pelas condições históricas específicas e propícias. A ação dos indivíduos seria, então, resultado de uma situação social, um contexto. Em suas palavras, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem e sim limitados pelas condições materiais e históricas de sua existência”.

Segundo Marx, a condição histórica se repete ao longo das transformações da sociedade, esta sempre estará dividida em grupos com posições e interesses distintos, as classes sociais, unidades de análise sociológica da sociedade. A **classe social** é a posição que um grupo ocupa no processo produtivo. Diz ele que existem duas: a classe dominada, os trabalhadores, e a classe dominante, os proprietários dos meios de produção.

Na doutrina marxista, que é expressa no “Manifesto Comunista”, o antagonismo entre essas duas células, isto é, a **luta de classes**, seria o único meio de promover transformações sociais e, com isso, a emergência de uma sociedade justa e igualitária, sem classes sociais.

Teorias Sociológicas Contemporâneas

Além das três teorias clássicas, já se trabalha bastante com ideias mais atuais acerca da relação entre sociedade e indivíduo.

Norbert Elias⁵ entende que não deve haver separação entre indivíduo e sociedade. Ambos seriam indissociáveis, um não poderia existir sem o outro. A sociedade seria uma **configuração** de indivíduos apenas, formada pelas relações entre eles, como Elias escreve em seu livro “A Sociedade dos Indivíduos”.

⁵ Sociólogo alemão que viveu entre 1897 e 1990, é tido como um dos principais expoentes da Sociologia contemporânea. Desenvolveu sua carreira acadêmica na Inglaterra após fugir da Alemanha nazista, em 1933.



Pierre Bourdieu⁶ retoma o pensamento de Elias. Ele discute acerca do conceito de **habitus**: o saber social incorporado a cada um, a forma como o indivíduo internaliza as práticas sociais. Esse saber se apresenta como social e individual ao mesmo tempo, articulando as práticas individuais com as estruturas sociais.

Anthony Giddens⁷ defende em sua obra que a ação humana e a estrutura social são interdependentes e reproduzidas por meio de princípios estruturais característicos das sociedades. Ao mesmo tempo em que os indivíduos são condicionados pelas estruturas, eles transformam-nas por meio de reflexões. Num exemplo, ao mesmo tempo em que nos submetemos a leis e normas, refletimos acerca delas e propomos emendas ou alterações.

O Trabalho e suas Transformações

O trabalho serve para satisfazer as necessidades humanas. Ao longo do tempo, teve diversas significações e estruturas. Como produto do trabalho existem as mercadorias: formas que o produto assume com valor comercial.

Nas sociedades antigas, o trabalho braçal era associado à escravidão. Na Europa Medieval, era visto de forma negativa pela Igreja (porque não exigia realização intelectual ou espiritual), sendo deixado àqueles de menor posição social. Na Idade Moderna, o capitalismo promoveu inúmeras mudanças, elevando o trabalho à posição de fonte de riqueza, contrastando com a significação medieval. Assim perdura até hoje, porém com um acentuado grau de exploração e más condições, associados ao aumento do ritmo de produção.

O Trabalho para Marx, Weber e Durkheim

Para Marx, a divisão social do trabalho seria feita no processo de desenvolvimento das sociedades, conforme buscamos atender nossas necessidades, dividimos as tarefas de maneiras distintas. Por exemplo, as divisões por sexo e idade das sociedades tribais. Atualmente, dividimos o trabalho geralmente em rural e urbano, ou ainda entre os que administram (diretores, gerentes) e os que executam (operários). Essa última categoria, para Marx, originou a sociedade de classes: os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores. Estes vendem a sua **força de trabalho**, em troca de um salário. Em uma jornada de trabalho, o operário produz mais do que aquilo que ganha como salário. Esse restante é tomado pelo dono da fábrica e revertido assim em lucro. Tal diferença (entre o valor que o trabalhador produz e o que recebe) é chamada de **mais-valia**. Há duas estratégias que geram mais-valia: ao aumentar o número de horas trabalhadas por contratar mais funcionários ou subir as jornadas de trabalho, o capitalista estará produzindo um mais-valia absoluto; já ao adquirir inovações tecnológicas que aumentam a produtividade, estará produzindo um mais-valia relativo. A exploração do trabalho com esse acúmulo de capitais decorrente do mais-valia resulta nas desigualdades sociais e na **alienação** do trabalhador. Para Marx, o trabalhador é alienado pela expropriação dos meios de produção.

Para Max Weber, como ele escreve em seu livro “A ética protestante”, o capitalismo industrial provém da **ideologia puritana**, e deve ser compreendido culturalmente em vez de economicamente. Ele associa a ascensão do protestantismo ao desenvolvimento do capitalismo, uma vez que essas religiões concedem ao trabalho uma significação positiva: aquele que prosperar em vida será salvo por Deus. Logo, o ócio e a imprevidência seriam condenados, seriam valores típicos dos pobres. Enquanto isso, rico seria apenas aquele que trabalhasse, que acumulasse capitais por força de vontade.

Émile Durkheim considerava a intensa divisão social do trabalho como essencial e indispensável à coesão social. Para ele, com o capitalismo moderno veio, em vez da desigualdade e do conflito, a **solidariedade**. Os dois modelos de solidariedade estariam também ligados à evolução das sociedades em torno da divisão do trabalho.

⁶ Sociólogo francês que viveu entre 1930 e 2002.

⁷ Sociólogo britânico nascido em 1938.



A solidariedade mecânica (identificação com valores, sentimento de grupo) seria típica de sociedades pré-capitalistas, onde o indivíduo trabalha coagido pela consciência coletiva. Já nas sociedades capitalistas prevaleceria a solidariedade orgânica (interdependência entre os indivíduos) em função da complexidade.

Experiências de Racionalização do Trabalho

Com o tempo, o empresário capitalista procurou aumentar o controle sobre a mercadoria produzida e também intensificar a aderência do consumidor a ela. Daí, nasceram novas maneiras de organização do trabalho e do espaço produtivo (fábricas) a partir da segunda metade do século XIX.

Frederick Taylor foi o primeiro a buscar métodos científicos para a administração de uma empresa. O método **taylorista** consistia num rigoroso controle do tempo e do funcionário por meio de um gerente, na divisão do trabalho e na remuneração pelo desempenho. Todas as atividades seriam planejadas pelos administradores e depois repassadas aos trabalhadores.

O **fordismo**, de Henry Ford, aliou o taylorismo a suas próprias ideias. O grande objetivo era baratear a produção e aumentar a aderência do consumidor. Desse modo, surgiram as linhas de montagens: uma sequência repetitiva de processos onde cada trabalhador realizaria apenas sua função por um longo período de tempo. Com isso vem o consumo em massa, pois eram feitos vários modelos do mesmo produto.

O modelo taylorista-fordista acentuou a separação entre os gerentes e os operários. Via-se o trabalhador como aquele executava e não pensava, aumentando assim a alienação: muitas vezes, ele nem conhecia o processo todo. Tal modelo foi muito utilizado, sobre tudo após a Segunda Guerra Mundial, mas decaiu muito após os anos 70.

Nos anos 50, embora adotado apenas em 80 pelo restante do mundo, surge o **toyotismo** de Taiichi Ohno. Nesse modelo, prioriza-se a qualidade e a “enxutez” da empresa: quanto menor o estoque e o número de trabalhadores, melhor. A produção se daria de acordo com a demanda, numa customização em massa: pequenas quantidades de cada um feitas, algumas inclusive sob encomenda, específicas.

Hoje em dia, o sociólogo já define a organização trabalhista como numa **fase de acumulação flexível**. A tecnologia e a mecanização de tarefas anteriormente braçais impediu que o trabalhador continuasse com uma função fixa e repetitiva: agora ele deveria ter domínio sobre as máquinas e quaisquer imprevistos que elas causassem, tendo que se adaptar a várias situações, ser **polivalente**. A produção também não é mais feita em massa, como já ocorria desde o toyotismo.

Sindicatos e Lutas Trabalhistas

Desde o início da expansão industrial, os trabalhadores organizaram-se para lutar contra a exploração do trabalho. Emergiram instituições que lutavam pelos direitos trabalhistas: os sindicatos.

No Brasil, os sindicatos surgiram no início do século XX, quando nasciam as indústrias no Sul e Sudeste e se construía uma classe operária. Boa parte dela era composta por imigrantes europeus que trouxeram várias ideias políticas contrárias à exploração (incluindo algumas doutrinas socialistas e até anarquistas). Em São Paulo, ocorreu uma greve em 1917 decorrente das péssimas condições trabalhistas, tomada como marco no movimento sindical brasileiro. Em 1922, o Partido Comunista Brasileiro tornou-se uma corrente muito influente na formação dos sindicatos. Estes, então passaram por um alto controle no governo Vargas e até por perseguições na Ditadura Militar. A partir de 79 emerge o “novo sindicalismo”, que ganha espaço nacional, com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).



O Processo de Socialização

Como é necessário para o homem viver em sociedade, precisamos em algum momento interiorizar leis, regras e costumes. Estamos nesse processo de “adequação à sociedade” desde que nascemos, e a ele chamamos de **socialização**, que acontece por meio das relações sociais.

Distinguem-se duas fases importantes nesse processo. A **socialização primária** começa no nascimento e vai até o fim da infância, ocorrendo sobretudo no meio da família; é caracterizada por um alto grau de afetividade e fornece ao indivíduo as primeiras noções que nortearão suas escolhas pessoais. A **socialização secundária** estende-se até a morte do indivíduo e tende a ser mais complexa, sendo característica de ambientes de trabalho, da escola, da Igreja, dos grupos de amigos ou dos partidos políticos.

As Instituições Sociais

As instituições sociais são conjuntos de valores, crenças e procedimentos reconhecidos e duradouros no sistema social, dando sentido à vida em sociedade e fortemente influenciando o processo de socialização. São exemplos de instituições sociais a família, a religião e os partidos políticos. Elas ajudam na internalização de certas formas de pensar e de agir, auxiliando na coesão social e impedindo a anomia.

A **família** é a mais importante instituição social, por ser a primeira com que o indivíduo tem contato. Pode ser classificada em monogâmica ou poligâmica quanto ao relacionamento conjugal e em patriarcal ou matriarcal quanto ao relacionamento entre pais e filhos. A origem da família é discutida em duas hipóteses, a etiológica (que atribui a formação de uma família à necessidade de proteção da mulher e de seu filho) e a sociopsicológica (que propõe que o ser humano busca uma rotina, a qual encontra na família). Atualmente, uma discussão muito comum é o papel do Estado na vida familiar: com leis como a Maria da Penha, a Lei da Palmada e o Estatuto da Criança, o Poder Público interfere no modo de vida da família. Seria isso para o bem da sociedade ou não?

A **educação** pode ser definida como detentora de duas funções: perpetuar a cultura e impulsionar a socialização, pois os principais ambientes educacionais são as escolas (onde ocorre a socialização entre pares, entre os alunos). Foi Durkheim quem primeiro afirmou que, nas sociedades modernas, a escola tornou-se um agente de socialização por excelência, pois ela ensina valores e normas sociais. Michel Foucault, no entanto, diz que a escola apresenta um modelo bastante autoritário, transmitindo aos alunos uma cultura de submissão em vez de integrá-los no processo de tomada de decisões; assim, a escola reprimiria mais que incentivaria. Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron também concordavam com isso, dizendo ainda que a escola era um ambiente que reproduzia o sistema de desigualdades e que a cultura passada era apenas a cultura da classe dominante. Já ocorreu, então, uma grande mudança no sistema educacional: agora os jovens são cada vez mais participativos nas aulas, de modo que os professores buscam o debate.

A **religião** é difícil de definir, diz-se geralmente que é o conjunto de crenças do homem para explicar aquilo que ele não consegue, separando assim o sagrado e o profano, dois campos que se modificam, mas se perpetuam, ao longo do tempo. Vários pensadores buscaram explicar o papel da religião. Para Auguste Comte, ela era o primeiro estágio de aprendizado do homem, o mais impreciso, onde ele associava os mistérios a seres sobrenaturais para depois progredir para os estágios metafísico (empirismo) e o positivo (científico). Para Ludwig Feuerbach, a religião era uma alienação e a ideia de Deus era na verdade uma projeção das qualidades da raça humana em uma figura (a eternidade, a onisciência, a onipresença e a onipotência). Para Marx, a religião era um instrumento de dominação política pelo qual a classe dominante entorpece os dominados; é o “ópio do povo”. Durkheim diz que a religião e as Igrejas eram ambientes de integração social extremamente importantes, pois formavam grupos fortes e muitas vezes duradouros.



Para Weber, a ação religiosa seria uma ação social racional orientada a fins: o homem busca uma integração religiosa porque aguarda a salvação; ele diz que o homem aos poucos larga a religião, num “desencantamento do mundo”: a magia vai perdendo lugar para a ciência.

Os **partidos políticos** são organizações que canalizam a média das aspirações de muitos e buscam exercê-las no controle do Estado. Atualmente, os partidos desprenderam-se do conceito de classe social, não mais representando uma classe, mas um grupo de ideias similares apenas. Existem os partidos de direita (conservadores e tradicionais) e os de esquerda (revolucionários e marxistas). Há também algumas outras classificações, como os de centro-esquerda/direita ou extremistas. Quanto à filiação a um partido, o indivíduo pode ser apenas simpatizante (votante, mas não presta auxílio regular) ou militante (membro ativo).

Os **sindicatos** constituem a representação profissional dos indivíduos. São associações classistas, geralmente, que lutam pelos direitos de seus membros. Existem sindicatos patronais (de empregadores), obreiros (de empregados) ou mistos (de ambos), além de confederações (associação de sindicatos, com teor partidário).

Os Grupos Sociais

Ao longo da vida, um indivíduo insere-se em diversos grupos sociais. Neles, conhece outros com quem institui **laços** que auxiliam no processo de socialização e coesão social.

Um grupo social apresenta três características. Inicialmente, há um **objetivo** comum a todos, algo que os integrantes partilhem. É necessária que entre esses integrantes haja **interação**, relações de dependência e influência recíproca entre eles, uma certa solidariedade social. Também é preciso que se aceite um ritmo comum, que se valorize as peculiaridades de cada um, uma **existência coletiva**.

Como eles influenciam na socialização, podemos classificar os grupos de acordo com o processo de socialização do qual participam. Os **grupos primários** são aqueles em que as relações sociais são marcadas pela afetividade e proximidade, por indivíduos que desenvolvem principalmente uma solidariedade mecânica. Os **grupos secundários** são aqueles em que as relações pessoais são marcadas pela impessoalidade, sustentados por regras formais de organização que garantem uma menor identificação entre os membros do grupo. Alguns estudiosos propõem também a definição de **grupos intermediários**, como uma turma de faculdade ou um grupo de professores que lecionam há anos juntos.

Existem agrupamentos sociais que costumam ser confundidos com grupos, mas não o são. A **multidão**, por exemplo, é formada por um grande número de indivíduos anônimos que se reúnem em um local com um mesmo objetivo, como compradores de uma liquidação, mas com uma organização extremamente fraca, ocasionando dissoluções rápidas. O **público** forma-se por um estímulo comum, como um jogo de futebol, e é composto por indivíduos que reagem a ele, geralmente influenciados uns pelos outros; para Karl Mannheim, ele é um intermediário entre a multidão e o grupo social, pois apresenta uma pequena organização e regulamento.

Controle Social e Desvio

O controle social é o conjunto de dispositivos e mecanismos existentes numa sociedade para assegurar a coesão e a ordem social. Ele delimita as ações dos integrantes de um grupo, evitando o desvio social. Geralmente, se faz por meio de **normas** e pode ser exercido de maneira **informal** (uma repressão da mãe para o filho, um olhar estranho do vizinho) ou **formal** (por meio de órgãos especializados). Às vezes, ele acarreta num sistema de punições.

São **mecanismos de controle social** os elementos sociais (estruturas, padrões culturais, status) que têm como objetivo conduzir as ações individuais para um limite relativamente previsível, como o modo de se vestir: alguns grupos mantêm regras de vestimenta, mas, mesmo aqueles que não as apresentam conseguem padronizar o modo de se vestir dos integrantes.



Os **agentes de controle social** são as próprias instituições de socialização: a escola, a família, os meios de comunicação, sendo estes últimos uns dos mais efetivos hoje em dia (desde os desenhos de crianças apresentam o “fazer o certo” como atitude de um herói, por exemplo).

Durkheim realizou muitos estudos sobre o controle social. Sobre o **crime**, por exemplo, ele concluiu que este é um fenômeno sociológico natural e assim deve ser tratado, pois é a partir de um crime cometido que os agentes de controle social (o Estado, principalmente) atuam para punir o desviante e dar de exemplo aos outros. Também escreveu “**O Suicídio**”, onde atribui ao suicídio uma motivação social: há o suicídio egoísta (a integração social é muito fraca, a sociedade não consegue atribuir um sentido à vida do indivíduo), o suicídio altruísta (a integração social é excessiva, típico de sociedades coletivistas ou militarizadas com forte hierarquia), o suicídio fatalista (a regulação social é excessiva e não deixa saída ao indivíduo senão a morte) e o suicídio anômico (as normas sociais sobre o indivíduo se enfraquecem).

O desvio social é explicado por três principais correntes:

- A teoria **funcionalista**, de Durkheim, diz que o desvio é funcional porque o “errado” permite que exista o “certo”, ou seja, considerar um ato desviante permite que seja feito o controle social, por meio de punições e exemplos.
- A teoria **do conflito**, principalmente marxista, traduz o desvio como uma consequência da desigualdade social. Assim, os ricos, detentores dos meios de produção e articuladores do controle social, não teriam motivos para se marginalizar e, mesmo se o fizessem, dificilmente seriam pegos. Aos pobres, porém, não restaria opção de sobrevivência senão o crime.
- Da Escola de Chicago, a teoria do **interacionismo simbólico**, dá como origem do desvio a interação entre diversos grupos, caracterizando-o como uma resposta à desorganização social. Assim, alguns jovens de determinado grupo podem “socializar-se às avessas” com integrantes de um grupo marginal, aprendendo a criminalidade. Também estaria ligado ao preconceito, pois uma vez que um indivíduo ganhasse o estigma de louco ou desviante ele não mais o perderia.

A Sociabilidade e a Natureza Humana

A natureza humana, isto é, a condição de homem do homem, é algo que depende inteiramente de sua sociabilidade. Sem que esta existisse, o homem não seria como é, pois não teria contato com os outros e não internalizaria os costumes e as regras da sociedade. Ela é universal, independente da cultura: apesar de diferentes, os homens continuam com os mesmos aspectos básicos.

Para exemplificar, podemos citar alguns casos de “homens selvagens”, seres humanos que desde criança viveram longe da civilização. Victor de Aveyron foi encontrado com dez anos em uma floresta na região, sem roupas, de quatro e rosnando; assim, nota-se que a natureza humana é um **produto social**. Victor foi levado a uma escola e aos poucos conseguiu se comunicar, fortalecendo seu lado humano, mas, mesmo assim, não conseguiu se socializar muito bem.

A associação e a interação com a sociedade não só são essenciais para o desenvolvimento de uma condição humana, mas também para sua manutenção. Existem muitos relatos de eremitas ou pastores que se isolam do mundo por um tempo e perdem suas habilidades comunicativas, ofuscam suas noções morais e despreendem-se da cultura. Presos em solitárias têm muitas chances de enlouquecer, pois não mantêm relação com a sociedade.

A Cultura e a Sociedade

A Antropologia é o campo das Ciências Sociais que estuda os métodos de organização da sociedade: ritos, instituições, costumes. De certo modo, estuda a cultura das sociedades.

Pode-se dizer que a cultura adapta-se às sociedades. O tempo, o espaço e as experiências moldam a cultura, de modo que alguns estudiosos denominam-na **plástica**.

A definição de cultura, no entanto, é muito discutida. A grosso modo, a cultura é o modo como o homem interpreta sua realidade. Para Norbert Elias, havia a cultura material, “**zivilisation**”, e a cultura imaterial, “**kultur**”. Já para Félix Guattari existe a **cultura valor** (o saber acadêmico, que



se pode adquirir intelectualmente, como conhecimento acerca de uma Ciência), a **cultura alma-coletiva** (hábitos de um grupo, tradições, como os tabus) e a **cultura mercadoria** (aquilo que se pode comprar, adquirir fisicamente, como um filme). Existe ainda uma definição de **cultura erudita** (associada ao saber acadêmico, como música clássica ou literatura renomada) e **cultura popular** (associadas ao saber do povo, como lendas ou alguns filmes modernos).

A Interpretação da Cultura

É extramente perceptível que os meios de organização das sociedades são diferentes. Essas diferenças também são culturais, pois dependem da cultura. A Antropologia busca formas de explicar essas diferenças, dando origem a correntes antropológicas.

Inicialmente, se pensava que as condições culturais dependiam da raça ou da localização apenas, eram os **determinismos biológico e geográfico**. Por muito, os determinismos (sobretudo o biológico) foram vistos como razão de discriminação: o europeu branco era o modelo de homem letrado e culto, todos os outros estavam abaixo dele deviam ser dominados.

A primeira corrente antropológica cientificou esse comportamento. De Edward Tylor, o **evolucionismo** propunha que as diferenças representariam estados evolutivos de uma sociedade, sendo a europeia totalmente desenvolvida. Essa espécie de darwinismo cultural originou comportamentos racistas, sobretudo o **etnocentrismo**: tomar sua cultura como superior a outras. Daí vieram grandes conflitos, como a Segunda Guerra Mundial.

Em contraposição há o **particularismo histórico** de Franz Boas, o qual toma cada civilização como detentora de uma cultura única que se define em si e não pode ser enquadrada num grande contexto. É associada ao **relativismo cultural**, conceito de que as culturas são diferentes e respeitáveis, por serem apenas formas diferentes de resolver um mesmo problema (o catolicismo e o islamismo, por exemplo, são formas diferentes de tratar a religião).

Existem algumas concepções mais modernas acerca da cultura, mas todas partindo do pressuposto de Franz Boas de que as culturas são diferentes e válidas:

- O **funcionalismo** de Bronislaw Malinowski propõe a análise da cultura a partir dos meios de perpetuação da dinâmica social, como as instituições sociais (religião, família, Estado).
- A corrente **interpretativa**, de Clifford Gertz, defende que se deve estudar o significado por trás de cada ação social. Uma piscada de olho teria significados diferentes de acordo com o contexto, e esses significados valem mais que o ato em si.
- A teoria **estruturalista** é a mais recente. De Lévi-Strauss, a cultura seria um conjunto de instituições estruturantes da sociedade, com pontos de vista econômico, moral e político.

As Trocas Culturais

As **trocas culturais** são o processo de miscigenação da cultura de diferentes povos por meio das relações sociais. Elas podem ocorrer desde contatos pequenos, como uma conversa pela internet com alguém de outro país ou em grande escala, como durante as Grandes Navegações do Século XV.

A principal consequência dessas trocas é a formação de **culturas híbridas**: culturas que não podem mais ser entendidas como próprias de um povo, mas como parte de uma grande cultura mundial. Esse fenômeno acentuou-se com a globalização, sobretudo no século XIX, onde já surgiam rápidos meios de comunicação. Há vezes, no entanto, em que se faz presente uma cultura etnocêntrica, que reprime a outra, ocasionando uma **aculturação**: perda ou modificação significativa de uma cultura. Diz-se isso, por exemplo, da conquista da América: o índio assimilou os costumes do colonizador como superiores aos seus, inclusive, de modo que hoje pouco se fala da língua nativa na América.

Nas últimas décadas surgiram dois movimentos para “combater a cultura”. A **contracultura**, que teve seu auge nos anos 60, é um movimento que questiona os valores da cultura ocidental, como os hippies e os punks; os jovens passaram a vestir e fazer o “estranho”, adotando uma cultura underground. A **anticultura** é uma perspectiva radicalizada da contracultura:



autossustentável, busca combater a cultura ocidental vigente, criando inclusive uma frente política; muitos grupos derivam de facções anarquistas. Em suma, a contracultura busca apenas viver sem adotar os costumes, mas a anticultura busca destruí-los e reformá-los.

Ideologia

A definição mais comum de ideologia é a de um conjunto de convicções e ideias filosóficas, religiosas ou políticas que embasam a cultura de um determinado grupo social.

Um dos primeiros pensadores modernos a falar de ideologia foi **Karl Marx**. Para ele, a ideologia era uma visão invertida da realidade que a classe dominante impunha à classe dominada com o intuito de manter e reproduzir as estruturas de dominação. Nessa visão, apenas a **luta de classes** poderia mudar esse quadro, caso contrário a classe dominada continuaria aceitando o que fosse passado pela dominante.

Já o italiano **Antonio Gramsci** propôs que a ideologia é apenas a visão de mundo compartilhada por um grupo. Assim, a classe dominada também teria sua própria ideologia. Haveria, daí, uma luta pela **hegemonia** (a direção moral e política da sociedade), onde apareceriam os **intelectuais orgânicos** (aqueles que buscam disseminar a ideologia de seu grupo) para persuadir, por meio do diálogo e intelecto, os outros de que sua visão de mundo está correta. A ideologia, então, promove transformações sociais.

Seguindo os estudos de Marx, **Theodor Adorno** e **Max Horkheimer** desenvolveram o conceito de **indústria cultural**: o conjunto de veículos de comunicação, os quais seriam controlados pela classe dominante. A ideologia era transmitida e produzida pela indústria cultural promovendo a massificação e homogeneização da classe dominada pelos ideais da dominante. A grande finalidade da criação dessa **cultura de massa** estava em tirar das pessoas seu poder de discernimento e subjugar-los. Assim, os dois explicavam o processo de ascensão do Nazismo na Alemanha.

Colega deles, **Walter Benjamin** concordava em parte com seus estudos. Sua crítica à indústria cultural, no entanto, era mais leve. Para ele, apesar de estar a serviço da classe dominante, a indústria cultural também servia para disseminar o conhecimento e informações importantes. A classe dominada, então, filtraria aquilo que julgasse desnecessário, sem perder seu poder de discernimento.

Para **Pierre Bourdieu**, a ideologia servia para a **naturalização da história**: os fatos seriam assimilados e internalizados pelos indivíduos aos poucos, tornando-se naturais, como as leis. Assim, ela também manteria a distância entre a classe dominada e a dominante, pois cada uma internalizaria coisas diferentes.

O francês **Durkheim**, em suas obras sobre o método sociológico, defende que a ideologia é o que devemos deixar de lado ao realizar uma investigação científica. Ou seja, é o contrário de Ciência, é o senso comum, os valores pessoais.

O Estado e a Política Moderna

As Ciências Políticas estudam o Estado e a relação de dominação que ele estabelece sobre a sociedade. A estrutura do Estado é determinada pela **política**, o meio como a sociedade se organiza. Uma definição muito aceita de política foi proposta por Max Weber: é exercer um papel de liderança no Estado e contribuir para direcionar e exercer o poder.

As Relações de Poder

Na concepção de Max Weber, o poder refere-se à probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra a vontade alheia, de modo a influenciar a atitude do outro. Aqueles com maior probabilidade teriam maior poder. Assim, toda relação social se apresentaria como uma relação de poder: o pai que combina com o filho o horário de chegada em casa, o governante que promulga uma lei.

Existem várias formas de exercitar o poder. As principais são:



- O **poder econômico**, que se baseia na posse de bens materiais, como os meios de produção. Detêm esse poder os banqueiros, atualmente, mas também os grandes empresários.
- O **poder ideológico**, que se serve de pensamentos para influenciar comportamentos e a formação de ideias para constituir padrões de visões do mundo. Os meios de comunicação em massa exercem muito esse poder atualmente.
- O **poder político**, que se vale de instrumentos e técnicas, com a possibilidade do uso da força para impor a vontade e influenciar a ação do outro. É o típico poder do Estado.

As formas de exercício do poder (o que, para Weber, corresponde ao conceito de **dominação**) podem ser legítimas ou não. A dominação é **legítima** quando a influência exercida é consentida pela massa, como quando os moradores de uma cidade acatam novas leis da prefeitura. Nesse caso, ela pode ser de forma **tradicional** (pela crença em instituições e regras corriqueiras, como o patriarcalismo e o feudalismo), de forma **carismática** (pela crença em qualidades excepcionais de um indivíduo, uma figura de líder, como em lideranças religiosas) ou **racional-legal** (pelas normas e regras vigentes, como na burocracia moderna). A dominação é **ilegítima** quando depende do uso da força, como nas ditaduras.

Em sua obra, Max Weber, como já foi tratado, traz o conceito de **ação social** (ação individual orientada ao próximo, que pode se dar por diversos motivos). Ao trazê-lo para a esfera política, ele constata que aqueles com grande poder político, os governantes, agem segundo duas correntes. A primeira seria a **ética da convicção**: eles agem segundo seus valores, como ajudar os pobres ou defender a natureza, preocupando-se pouco com o impacto em outras áreas; em suma, agem de acordo com ímpetos, com ações sociais de baixa racionalidade (ação social tradicional, ação social afetiva ou ação social racional orientada a valores). A segunda maneira seria a **ética da responsabilidade**, onde o governante planeja seus movimentos de acordo com o fim que almeja, caracterizando uma ação social racional orientada a fins.

O Estado Moderno

Por muito tempo o Estado foi visto como separado da sociedade. O termo **sociedade civil** era usado como o oposto de Estado. Todavia, ele nada mais é do que uma instituição social que tem determinadas funções, principalmente de organização, na sociedade. Ao longo dos séculos, surgiram várias concepções de Estado, de seu papel e significado. As principais são as teorias sociológicas clássicas (de Marx, Weber e Durkheim).

- Para **Marx**, o Estado é uma organização cujos interesses são os da classe dominante na sociedade capitalista (a burguesia). Seu fundamento estaria na divisão do trabalho, assim como a sociedade de classes. Sua perspectiva se aproxima bastante do anarquismo, pois ele associa a dissociação do Estado com a ascensão da classe trabalhadora.
- Para **Durkheim**, o Estado é uma organização cujo conteúdo inerente são os interesses coletivos. Para ele, o Estado seria indispensável à coesão social, desde que atuasse como moralizante por meio da educação pública dos indivíduos e formasse um ideário dentro dos padrões.
- Para **Weber**, o Estado é uma organização sem conteúdo inerente, apenas um órgão burocrático que, dentro de um território, reivindica o poder para si. Ele busca a dominação legítima da sociedade, sobre as formas que já foram aqui descritas. O Estado weberiano possuiria o poder de se utilizar da violência.

O Estado moderno surgiu da desintegração do mundo feudal na Europa, por volta do século XIV. Com isso, ocorreu um grande processo de centralização de diversos aspectos: das Forças Armadas, da estrutura jurídica, de um corpo burocrático e da cultura. Historicamente, o Estado assumiu diversas formas até hoje.

- O **Estado Absolutista**, típico da Europa entre os séculos XVI e XVIII, fundamentou-se na centralização do poder. A economia mercantil da época caracterizava-se pelo intervencionismo estatal constante. Não havia propriedades privadas senão as da nobreza, diretamente



favorecidos. A burguesia nascente confrontava-se com a aristocracia e o clero, classes privilegiadas. As teorias contratuais de Hobbes deram-lhe suporte: o homem, mau por natureza, necessita de uma instituição organizando-o em sociedade. A Revolução Francesa marcou sua decadência.

- O **Estado Liberal** nasceu do Iluminismo: John Locke confere ao homem o “direito de rebelião” (pode destituir o Estado se este não lhe agrada), Adam Smith pregava a separação da economia da política, Montesquieu propôs a separação do governo em três poderes (o Executivo, o Legislativo e o Judiciário). Surgiu o capitalismo das concorrências, monopólios e finanças, separado da política e regido pelas leis do mercado. Surgiu a propriedade privada, os primeiros direitos do homem e o conceito de soberania popular. Prosperou até a Primeira Guerra Mundial, quando a crise econômica marcou seu fracasso.

- O **Estado Nazifascista** ou **Totalitário** foi um movimento antiliberal, mas também anticomunista. Tanto no nazismo quanto no fascismo o Estado pairava acima de qualquer outra instituição social, sendo os direitos dos cidadãos muitas vezes restringidos. O poder político intervinha em todas as áreas. Nacionalistas, o nazismo (Alemanha) difere do fascismo (Itália) por ser mais extremista e apresentar um programa racista antisemita (a caça aos judeus de Hitler). Perdurou até o fim da Segunda Guerra, com a derrota do Eixo.

- O **Estado Socialista** foi uma outra reação ao Estado Liberal, que defendia uma grande revolução na estrutura social a partir do questionamento da sociedade capitalista. Sua primeira manifestação veio embasada nas ideias de Marx, com a Revolução Russa de 1917. A economia de mercado era planejada e ditada pelo Estado. A ideologia comunista pregava a igualdade de classes sociais. A queda do Muro de Berlim, em 1989, em consequência do fim da Guerra Fria, significou sua falência.

- O **Estado de Bem-Estar Social** teve sua emergência facilitada pela crise de 29 e baseou-se na teoria de Keynes, que pregava o intervencionismo. Tendo vista o bem da população, a intervenção estatal se dava em todas as áreas de forma democrática. Veio a falir com a crise petrolífera de 1973.

- O **Estado Neoliberal** veio com a função de garantir uma estabilidade à população que sofria com o desemprego e as crises capitalistas. A teoria neoliberal assegurava que a dissociação entre Estado e economia, que o livre mercado, que a concorrência era a única maneira de assegurar a democracia e a liberdade individual. As empresas privadas passaram a ditar os rumos da política. Com as crises capitalistas do século XXI, porém, iniciou a contestação à teoria neoliberal.

Democracia

A democracia (do grego, “governo do povo”) pressupõe a autoridade da população e sua participação na política, em vez de um governo que obedece apenas às vontades de um rei ou de um grupo. Somente a partir do século XX a democracia foi adotada com afinco. Suas principais formas são:

- A **democracia direta**, original de Atenas. Todos os cidadãos participavam de assembleias e tinham o direito de discutir e votar sobre os assuntos políticos que lhes interessavam.

- A **democracia representativa**, onde todos os cidadãos têm direito a eleger seus representantes, e estes participariam de assembleias e teriam o dever de discutir e votar sobre os assuntos políticos que concerniam ao povo. Por ela surgiram os partidos políticos.

- A **democracia participativa**, que critica a ineficácia da democracia representativa em atuar segundo a vontade dos mais diversos grupos sociais. Nesse processo, assembleias em comunidades pequenas seriam feitas, e as decisões encaminhadas a um nível superior (municipal, estadual, nacional) onde seriam votadas e talvez legitimadas.



Os Movimentos Sociais

Os movimentos sociais são ações coletivas com o objetivo de manter ou mudar uma situação. Envolvem, em geral, confronto político. Eles são uma força poderosa de mudança na sociedade, podendo vir das classes inferiores ou mesmo da elite.

Movimentos Sociais na História

Ao longo da História, os movimentos sociais foram vistos de diferentes maneiras. No início dos anos 1950, eram vistos apenas com base nas mudanças, prevalecendo a noção de que eles eram anômalos, instigadores de conflitos e nocivos à ordem social. **Talcott Parsons** defendia essa ideia, e afirmava que qualquer greve ou protesto perturbava o funcionamento da sociedade.

Na Europa novecentista, havia também uma corrente que analisava os movimentos sociais por uma perspectiva marxista. A trajetória dos movimentos era vista sob os conceitos de luta de classes e entendia-os pelas propriedades de transformação na sociedade capitalista.

A partir dos anos 90, passaram a ser vistos de maneira difusa, organizados em redes nacionais e internacionais que reuniam bandeiras de reivindicações locais e globais. Um movimento poderia ter influência apenas na esfera de uma cidade ou de toda uma cultura, tendo como exemplo deste último a recente Primavera Árabe.

Características Estruturais dos Movimentos Sociais

Esses movimentos sociais podem ser enquadrados de acordo com o caráter de suas ações, seja para manter ou para transformar certas estruturas sociais. A organização deles também varia, de acordo sobretudo com o grau de institucionalização. Apresentam, porém, ao menos duas características comuns: **não apresentam coordenação única**, pois comportam uma variedade muito grande de ideias e valores; e suas ações se desenvolvem em torno de interesses, necessidades e também de **reconhecimento**.

Por muito tempo se acreditou que a relação dos movimentos sociais com o Estado fosse apenas de confronto, mas, com novos estudos, concluiu-se que existem movimentos que estabelecem com ele parcerias. Quando o Estado é centralizador e opressor, os movimentos tendem a confrontá-lo, como nos períodos de Ditadura. Porém, existem aqueles que independem da ação estatal ou mesmo apoiam-se nela, como os movimentos em prol do meio ambiente.

Os movimentos lutam por causas que extrapolam o meio dos manifestantes quando são atendidas, isso se dá pela **universalização das conquistas**. Isso permite verificar se as demandas dos movimentos buscam superar uma ordem social estabelecida (como o Movimento Sem Terra, que busca mudar a estrutura fundiária atual), propor maior rigidez do sistema político (as Marchas da Família pela Liberdade, contra o comunismo durante o governo de João Goulart) ou servir de apoio à ampliação e manutenção de direitos (a Parada Gay, que busca manter os privilégios já conquistados, muitas vezes). A partir desses três casos, podemos classificar os movimentos em **revolucionários** (buscam transformações radicais na estrutura social) ou **reformistas** (propõem melhorias na estrutura social).

Movimentos Sociais Tradicionais e Novos

Um primeiro modelo de movimentos sociais enquadra os movimentos tradicionais, que se constituem basicamente de lutas trabalhistas desde a consolidação do capitalismo. Apresentam organização vertical e rígida hierarquia. São geralmente contrários ao Estado, e buscam assumir o poder para promover mudanças de cunho socioeconômico e político. Eles originaram os Sindicatos, partidos trabalhistas, dentre outras organizações que propõem demandas aos trabalhadores.

- A **greve** foi o instrumento mais utilizado pelos trabalhadores em suas reivindicações. Para Durkheim, a greve é uma desordem resultante da anomia e bate de frente à ordem social, pois põe o interesse de um grupo de indivíduos acima dos da sociedade inteira. Para Marx, é a



expressão mais visível da luta de classes, pois o proletário para de oferecer ao capitalista burguês aquilo que tem: sua força de trabalho. Aos poucos, a greve se expandiu e não mais caracterizou os movimentos trabalhistas, mas também foi muito usada na esfera civil para reivindicações políticas.

Os chamados novos movimentos sociais derivam de reivindicações da sociedade civil, como o reconhecimento e os direitos das minorias, a proteção ambiental e a preservação das culturas. São muito comuns nos centros urbanos do século XXI. Os manifestantes apresentam uma relação mais horizontal e autônoma.

- O **movimento estudantil** é um movimento policlassista e apresenta transitoriedade dos manifestantes. Enfocando em transformações sociais, como a igualdade de minorias e reformas educacionais, ganhou força no final do século XX. Apesar de reprimidos, em razão da transitoriedade, sempre protagonizam movimentos que lutam por direitos ou em defesa da democracia.
- O **movimento ambiental** surgiu no século XIX com preocupações com o futuro e vem crescendo muito desde 1970. Ele costuma envolver grandes grupos para projetos de diversos níveis: desde salvar uma árvore a transformar uma indústria. Hoje, está aos poucos alcançando o sucesso, pois a consciência ambiental já foi disseminada e internalizada por muitos.
- O **movimento feminista** luta pela igualdade dos direitos femininos, desde a inclusão da mulher na política até a igualdade salarial. Um marco fundamental foi a proposta, de 1791, de uma Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, na Revolução Francesa. São constantes hoje, e sofrem com diversas críticas ideológicas.

As Relações Sociais Urbanas

As cidades surgiram há mais de oito mil anos como um resultado de transformações sociais complexas e revolucionárias. A chamada **revolução urbana** da antiguidade permitiu a sedentarização e, com isso, o desenvolvimento de uma política, uma economia e uma estrutura social própria. A **cidade industrial moderna** foi desenvolvida com a Revolução Industrial no século XIX, inicialmente com o êxodo rural decorrente da crescente demanda de mão de obra fabril. Estas grandes cidades tornaram-se palco de greves e revoltas, que modificaram e acrescentaram no modo de pensar sociológico acerca das relações sociais, da cultura e do comportamento pessoal.

As Ideias de Georg Simmel

O alemão Georg Simmel, entre os séculos XIX e XX, fez uma série de considerações acerca das transformações que vinham ocorrendo no mundo, e como os indivíduos estavam se adaptando a elas. Ele toma as metrópoles industrializadas da Europa como modelos da sociedade capitalista, com um alto fluxo de informações.

Com a obra "**A Metrópole e a Vida Mental**", ele procura estudar as condições psicológicas formadas pela metropolização, com a interdependência entre os indivíduos e a individualidade se mesclando: quando nos especializamos em uma função, passamos a depender mais dos outros. Ele afirma que o grande número de informações ao qual os indivíduos são expostos obriga-os a tratar todos esses estímulos com certa indiferença, um distanciamento, de modo que eles aparentam ser mais frios e calculistas que os camponeses. Assim, as relações sociais urbanas são superficiais e impessoais, onde os indivíduos costumam relacionar-se por necessidade e funcionalidade: quando se vai ao mercado, não me relaciono com o indivíduo do caixa, mas sim com o funcionário que trabalha como caixa.

Simmel apresentou três ideias fundamentais. A **sociedade** seria uma rede de relações que opera em certo espaço e tempo social, na qual o indivíduo se torna parte do todo; os vários indivíduos que a compõem se ligam pela interação. O **individualismo moderno** foi definido como a posição predominante na atualidade: o indivíduo situa-se entre o anonimato e seu papel funcional, com uma postura reservada necessária para viver em sociedades urbanas.



A **sociabilidade**, por fim, seria a forma de socialização básica de toda sociedade humana, uma forma de associação valorizada em si mesma, sem qualquer outro interesse e objetivo que não seja “estar junto”.

A Escola de Chicago

No século XX, as ideias sociológicas das cidades foram trabalhadas muito pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago, ou a Escola de Chicago. Inspirados por Simmel, eles trabalharam principalmente com os problemas sociais urgentes do meio urbano. Nesse ponto, foram pioneiros.

O princípio teórico que norteou essas considerações foi a **Ecologia Urbana**, que associava fenômenos da Biologia à distribuição das populações humanas: a interação social podia ser vista como uma competição biótica no processo de seleção natural.

Os sociólogos **Robert Park** e **Ernest Burgess** criaram um modelo de organização espacial da cidade por meio de círculos concêntricos, sendo que a alta burguesia ocupa as zonas externas, os subúrbios, e o proletariado ocupava as áreas pobres próximas ao centro da cidade. Sucessivas gerações iam substituindo as antigas nas áreas mais afastadas, num processo de ascensão e sucessão étnica.

Também **Donald Pierson** foi influenciado pela Ecologia Urbana. Ele mostrou como o meio urbano constitui as interações sociais que promovem diferenças nas relações interpessoais, numa lógica denominada “**comunidade-sociedade**”. Em síntese, dizia que, num ambiente urbano, a personalidade individual exercia pouca influência na sociedade como um todo.

A Nova Sociologia Urbana

A partir de 1970, a problemática urbana foi vista por outros olhos, inicialmente num grupo de pensadores franceses. Inaugurou-se a Nova Sociologia Urbana, que compreendia a cidade como um espaço produzido pelo conflito inerente às contradições básicas do capitalismo, não por processos ecológicos análogos aos biológicos (como faziam os sociólogos de Chicago).

Para **Manuel Castells**, a cidade era determinada pelas relações sociais capitalistas. Elas teriam se constituído a partir do crescimento das indústrias e do comércio, pois o movimento de mão de obra é que formava as aglomerações urbanas. Houve uma fase em que os próprios donos das fábricas tinham o dever de fornecer abrigo, transporte e recursos aos trabalhadores, mas esse papel passou ao Estado. Também ele ficou encarregado das demandas da classe trabalhadora, assumindo importante papel nos conflitos sociais urbanos contemporâneos.

Os Conflitos Urbanos

Um problema urbano muito recorrente tem sido a **violência**, muitas vezes homicida. Há índices que relacionam diretamente a vida metropolitana ao medo de assassinato, o que leva o Estado a, por exemplo, aumentar a segurança noturna ou substituir comércios de rua por shoppings. A Sociologia Urbana busca explicar a origem dessa violência e dessa “cultura do medo”. Algumas teorias contemporâneas associam a violência urbana a conflitos entre diferentes grupos sociais, sobretudo as “tribos” urbanas.

Também a **segregação espacial** é vista como um problema pela sociologia urbana. Uma especulação imobiliária maior em áreas de bom acesso viário e infraestrutura tornam-nas áreas de assentamento das classes mais abastadas e, assim, continuam recebendo os maiores investimentos do governo. Aos pobres, resta a favelização.

Exercícios

- 1- De que maneira uma pessoa pode ter impedido o seu direito à cidadania política?
 - a) Exercendo seu direito à liberdade de expressão.
 - b) Através do voto ou da participação em sindicatos e movimentos sociais.
 - c) Não estando filiada a um partido político.



d) Não tendo garantido os direitos políticos ou os meios necessários para uma participação efetiva.

2 - Filósofo que criou o nome sociologia, e que segundo ele esperava unificar todos os estudos relativos ao homem, inclusive a História, a Psicologia e a Economia foi:

- a) Auguste Comte
- b) Montesquieu
- c) Maquiavel
- d) Platão

3 - Assinale a alternativa que apresenta o conceito clássico de cidadania que está relacionado e deriva da experiência dos movimentos sociais.

- a) É a preocupação com a coisa pública.
- b) É a conduta democrática.
- c) É a titularidade de direitos.
- d) É a centralidade do poder.

4- Sobre a relação entre a revolução industrial e o surgimento da sociologia como ciência, assinale o que for correto:

- a) A consolidação do modelo econômico baseado na indústria conduziu a uma grande concentração da população no ambiente urbano, o qual acabou se constituindo em laboratório para o trabalho de intelectuais interessados no estudo dos problemas que essa nova realidade social gerava.
- b) A migração de grandes contingentes populacionais do campo para as cidades gerou uma série de problemas modernos, que passaram a demandar investigações visando à sua resolução ou minimização.
- c) Os primeiros intelectuais interessados no estudo dos fenômenos provocados pela revolução industrial compartilhavam uma perspectiva positiva sobre os efeitos do desenvolvimento econômico baseado no modelo capitalista.
- d) Os conflitos entre capital e trabalho, potencializados pela concentração dos operários nas fábricas, foram tema de pesquisa dos precursores da sociologia e continuam inspirando debates científicos relevantes na atualidade.

GABARITO

1-d 2-a 3-c 4-a

Bibliografia

- Sociologia em Movimento – Vários Autores
- Sociologia para o Ensino Médio – TOMAZI, Nelson
- Viver e Aprender Ciências Humanas – Vários Autores